

RELATÓRIO

E

CONTAS

2010

ADENDA



RELATÓRIO E CONTAS 2010

ADENDA

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, E.P.E.

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

GOVERNO DA SOCIEDADE

A ULSNA, EPE, rege-se pelo diploma da sua criação, o Decreto-Lei n.º 50-B/2007, de 28 de Fevereiro e demais legislação específica, em vigor, conforme:

Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, alterado pela redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto; Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio; RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro – Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores; RCM n.º 49/2007, de 28 de Março – Princípios de Bom Governo; Ofício n.º 1730, de 25 de Fevereiro de 2010, DGTF; Despacho de 25 de Março de 2010 (MEF), através de Ofício Circular n.º 2590, de 26 de Março de 2010; despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de Maio, através do Ofício Circular n.º 6132, de 6 de Agosto de 2010 (DGTF); Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho; Ofício n.º 2873 de 8 de Abril de 2010.

1. MISSÃO, OBJECTIVOS, POLITICAS, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1.1. Missão, objectivos e políticas da empresa

De acordo com os seus Estatutos (publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 50-B/2007, de 28 de Fevereiro), a ULSNA, EPE tem por objecto principal a prestação de cuidados de saúde primários, diferenciados e continuados à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde, aos beneficiários dos subsistemas de saúde, ou de entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral, bem como assegurar as actividades de saúde pública e os meios necessários ao exercício das competências da autoridade de saúde na área geográfica por ela abrangida.

Tem também por objecto desenvolver actividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respectiva capacidade formativa, podendo ser objecto de contratos-programa em que se definam as respectivas formas de financiamento.

Visa, igualmente, promover o potencial de todos os cidadãos, através do fomento da saúde e da resposta à doença e incapacidade, garantindo a qualidade dos serviços prestados, a tutela da dignidade humana e a investigação permanente, na procura contínua de soluções que reduzam a morbilidade e permitam obter ganhos em saúde.

Na génese da ULSNA, EPE podemos realçar dois objectivos:

- Ao nível assistencial, passar a gerir em comum as capacidades disponíveis das unidades integradas, por um lado, melhorando a complementaridade assistencial e, por outro, resolvendo insuficiências de rentabilização de recursos;
- Ao nível da organização administrativa e gestonária, diminuir os custos de exploração em consequência da concentração de serviços, obtenção de economias de escala e multiplicação dos mecanismos de articulação entre os hospitais.

Para uma estrutura da dimensão da ULSNA, EPE poder dar resposta às necessidades de saúde da população do distrito de Portalegre obriga a um redimensionamento estratégico que resulte numa maior eficiência técnica e económica.

Foram traçados os seguintes eixos estratégicos de actuação:

Eixo1. Dinamizar e assegurar a resposta às necessidades de saúde da população no âmbito de referência da ULSNA, EPE numa perspectiva de complementaridade e articulação de cuidados que resultem numa correlação equilibrada entre os custos e os benefícios;

Eixo 2. Incentivar e desenvolver o estabelecimento de parcerias em áreas para as quais a Unidade Local de Saúde não é institucionalmente referenciada e não se encontra vocacionada nem se afigura globalmente vantajosa na relação de cuidados a prestar e estrutura de custos;

Eixo 3. Rentabilizar, optimizando os recursos existentes melhorando assim, o âmbito e a qualidade da oferta de serviços à população;

Eixo 4. Modernizar os sistemas de apoio à prática clínica e à gestão, apostando nas tecnologias de informação e comunicação;

Eixo 5. Promover e implementar acções de promoção da saúde que se tornem custo - efectivas, nomeadamente em áreas de patologias com elevada prevalência regional e morbilidade, em grupos com grau de vulnerabilidade mais susceptível, na prevenção dos comportamentos de risco e na prevenção terciária;

Eixo 6. Planear e desenvolver políticas de Recursos Humanos de qualificação, melhoria contínua e estímulo dos vários grupos profissionais, numa óptica de racionalidade que resultem em maior eficácia e eficiência na resposta aos cidadãos.

Eixo 7. Promover e construir uma política global de qualidade que crie junto da população uma imagem estrutural de referência, confiança e crédito.

De acordo com o previsto no Decreto-Lei da sua criação, as atribuições da ULSNA, EPE que constam do seu regulamento interno, são fixadas anualmente de acordo com a política de saúde a nível nacional e regional e com os planos estratégicos superiormente aprovados e são desenvolvidas através de contratos-programa, em articulação com as atribuições das demais instituições do sistema de saúde.

Assim, no regulamento interno da ULSNA, EPE foram definidos os seguintes objectivos para o desenvolvimento da sua actividade:

- ✚ Contribuir para a obtenção de ganhos de saúde na população;
- ✚ Promover a vigilância da saúde, a prevenção, o diagnóstico, o tratamento da doença e a reabilitação, através do planeamento e da prestação de cuidados, bem como do desenvolvimento de actividades específicas dirigidas globalmente ao indivíduo, à família, a grupos especialmente vulneráveis e à comunidade;
- ✚ Atingir a plena integração sistémica, estrutural vertical, funcional clínica, informação e financeira e normativa da organização;
- ✚ Garantir a humanização dos cuidados e os direitos dos utentes;
- ✚ Melhorar o acesso e a adequação de serviços;
- ✚ Melhorar a eficiência técnica e económica
- ✚ Melhorar a qualidade dos cuidados e da organização dos serviços;
- ✚ Valorizar o capital humano, assegurando a formação contínua aos seus profissionais

Foram ainda definidos, em complemento aos acima referidos, como objectivos operacionais para o quadriénio 2007-2010:

- ✚ Ao nível assistencial: passar a gerir em comum as capacidades disponíveis das unidades integradas, por um lado, melhorando a complementaridade assistencial e, por outro, resolvendo insuficiências de rentabilização de recursos;
- ✚ Ao nível da organização administrativa e gestonária: diminuir os custos de exploração em consequência da concentração de serviços, obtenção de economias de escala e multiplicação dos mecanismos de articulação entre os hospitais.

1.2. Estrutura Organizacional

Em termos de estrutura organizacional, a ULSNA, EPE tem os seguintes órgãos sociais:

- ✚ Conselho de Administração
- ✚ Fiscal Único
- ✚ Conselho Consultivo

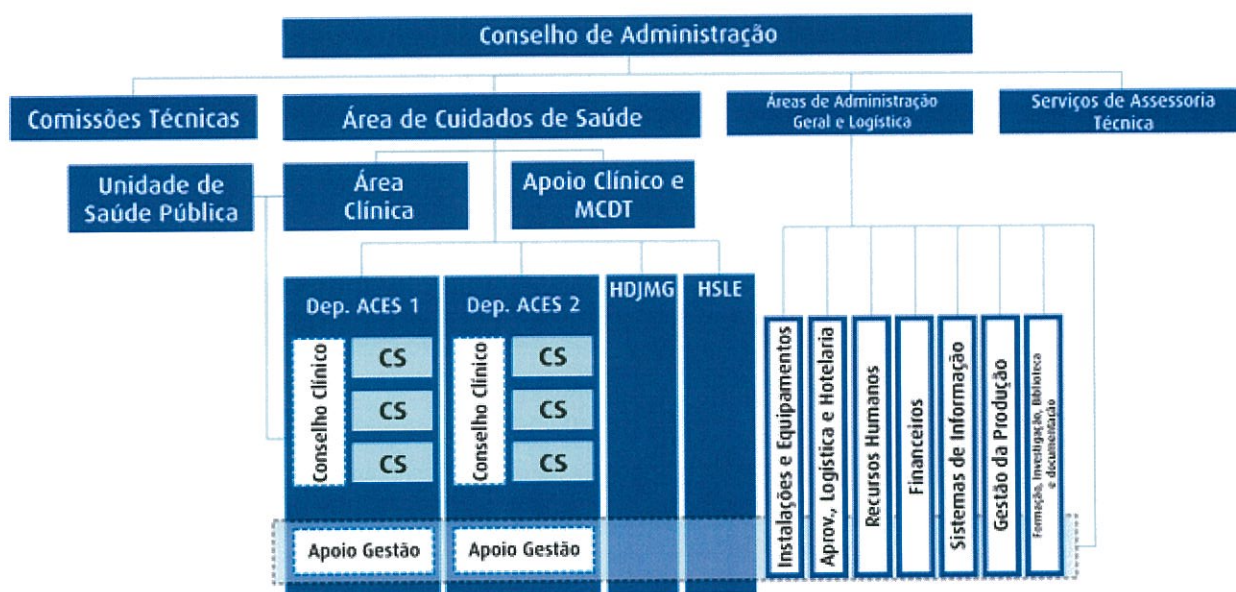
São integrantes do Conselho de Administração, a Direcção Clínica Hospitalar, a Direcção Clínica dos Cuidados de Saúde Primários e a Direcção de Enfermagem. Junto destas direcções existem órgãos de apoio que assumem a forma de Comissões de apoio técnico. A área assistencial é constituída pela Área de Cuidados de Saúde Primários e pela Área de Cuidados de Saúde Hospitalares.

A Área de Cuidados de Saúde Primários é constituída pelo Agrupamento de Centros de Saúde de São Mamede e o Agrupamento de Centros de Saúde do Caia, sendo os mesmos equiparados a Departamentos.

A Área de Cuidados de Saúde Hospitalares encontra-se, igualmente, organizada em Departamentos que compreendem os serviços e as unidades funcionais que, em estreita articulação, promovem a satisfação das necessidades e a prossecução de objectivos comuns. Os Departamentos da área de cuidados hospitalares são compostos por serviços e unidades funcionais homogéneas, tendo em conta a dimensão dos mesmos, procurando uma resposta flexível e articulada às exigências e prossecução dos objectivos comuns.

O serviço é a unidade básica da organização funcionado autonomamente ou de forma agregada em departamento. As unidades funcionais, enquanto estruturas específicas integram-se nos serviços ou actuam de modo autónomo integradas nos departamentos, colaborando com os vários serviços.

Figura 1
Organograma da ULSNA



A área de apoio geral e logística possui um Departamento de Administração Geral e Logística, incluindo todos os serviços da área administrativa.

Se na área hospitalar a actividade assistencial não sofreu grandes alterações no decurso de 2010, já na área de cuidados de saúde primários verificou-se uma forte aposta na sua reorganização uma vez que a reforma dos Cuidados de Saúde Primários tem sido uma das preocupações fundamentais da ULSNA, EPE.

Uma nova forma de organização permitirá rentabilizar recursos humanos e físicos de forma a prestar cuidados de saúde de proximidade á população residente no distrito. Para a prossecução destes objectivos foram realizadas diversas iniciativas visando agilizar a implementação deste processo transversal a todas as estruturas funcionais e grupos profissionais dos cuidados de saúde primários.

No decurso de 2009 apenas foi possível concretizar a criação de uma USF (Portus Alacer no Centro de Saúde de Portalegre), mas no ano de 2010 os Centros de Saúde iniciaram em pleno a sua reestruturação.

6

9

10

No ACES do Caia foram criadas as seguintes unidades funcionais:

- URAP, englobando técnicos de saúde de diversos grupos profissionais partilhados por todos os Centros de Saúde.

11

12

13

Centro de Saúde de Elvas

- USF "Amoreira"
- UCC "Elvas.Com"
- Restante Centro de Saúde a funcionar, por enquanto, como UCSP.

Centro de Saúde de Campo Maior

- UCC "Flor de Papel"
- Restante Centro de Saúde a funcionar como UCSP. A curto prazo espera-se a mudança para USF.

Centro de Saúde de Arronches

- UCC "Al Quantara", partilhada com o Centro de Saúde de Monforte.
- Restante Centro de Saúde a funcionar como UCSP

Centro de Saúde de Monforte

- UC "Al Quantara" partilhada com o Centro de Saúde de Arronches
- Restante Centro de Saúde a funcionar como UCSP

Centro de Saúde de Sousel

- UCC "D. Miguel"
- Restante Centro de Saúde a funcionar como UCSP

Centro de Saúde de Fronteira

- UCC "Entre Paços e Concelhos", partilhada com o Centro de Saúde de Avis.
- Restante Centro de Saúde a funcionar como UCSP

Centro de Saúde de Avis

- UCC "Entre Paços e Concelhos", partilhada com o Centro de Saúde de Fronteira.

- Restante Centro de Saúde a funcionar como UCSP

No ACES de S. Mamede as novas unidades funcionais são:

- URAP, que engloba vários técnicos de saúde partilhados por todos os Centros.

Centro de Saúde de Portalegre

- USF “Plátano”
- UCC “Amaya”
- Restante Centro de Saúde a funcionar como UCSP

Centro de Saúde de Marvão

- UCC “A Castanha” partilhada com o Centro de Saúde de Castelo de Vide
- Restante Centro de Saúde a funcionar como UCSP

Centro de Saúde de Castelo de Vide

- UCC “A Castanha” partilhada com o Centro de Saúde de Marvão

Estes dois Centros de Saúde, Castelo de Vide e Marvão, encontram-se em fase de preparação da candidatura a uma USF, partilhada entre ambos.

Centro de Saúde de Nisa

- UCC “Nisa”
- Restante Centro de Saúde a funcionar como UCSP Centro de Saúde de Alter
- UCC “AlterCrato”, partilhada com o Centro de Saúde do Crato
- Restante Centro de Saúde a funcionar como UCSP

Centro de Saúde do Crato

- UCC “AlterCrato”, partilhada com o Centro de saúde de Alter
- Restante Centro de Saúde a funcionar como UCSP

Centro de Saúde de Gavião

- UCC “SorGilGav espelhos de Água”, partilhada com os Centros de Saúde de Ponte de Sor e Gavião

Handwritten notes in blue ink, including a circled 'S', a signature, and the word 'Ordem'.

- Restante Centro de Saúde a funcionar como UCSP

Centro de Saúde de Ponte de Sor

- UCC “SorGilGav Espelhos de Água”, partilhada com os Centros de Saúde de Gavião e de Montargil
- Restante Centro de Saúde a funcionar como UCSP

Centro de Saúde de Montargil

- UCC “SorGilGav Espelhos de Água”, partilhada com os Centros de Saúde de Ponte de Sor e Gavião.
- Restante Centro de Saúde a funcionar como UCSP.

No ano de 2010 foi ainda criada a Unidade de Saúde Pública, estrutura única partilhada pelos dois ACES.

1.3. Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita

A Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE rege-se pelo regime jurídico aplicável às Entidades Públicas Empresariais, com as especificidades previstas no Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro e nos respectivos estatutos, bem como nos regulamentos internos e nas normas em vigor para o Serviço Nacional de Saúde que não contrariem as normas previstas no citado diploma.

O Regulamento Interno da ULSNA, EPE foi aprovado pelo Secretário de Estado Adjunto da Saúde em 16 de Junho de 2008.

Sempre que se justifica, do ponto de vista funcional e operacional, são elaborados Regulamentos Internos das áreas de apoio ou de Serviços, bem como procedimentos de âmbito específico ou transversal, que pretendem formalizar a organização de prestação dos cuidados de Saúde e que são alvo de ratificação por parte do Conselho de Administração.

No que se refere às recomendações do Accionista emitidas aquando da aprovação das Contas de 2009, as mesmas foram recebidas em 31 de Dezembro de 2010. Foram analisadas detalhadamente de forma a que a sua implementação seja devidamente realizada.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to read 'R. de F.' and several smaller initials.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

1.4. Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas

As transacções mais relevantes que são levadas a cabo com entidades relacionadas, são as decorrentes dos serviços assistenciais prestados a beneficiários do SNS ou outros Subsistemas de Saúde como sejam a ADSE, SAD PSP, etc.

Por outro lado, no âmbito da actividade desenvolvida, são prescritos fármacos cujos encargos são assumidos na íntegra pela ULSNA, EPE. São ainda processados e pagos os encargos decorrentes da prestação de serviços nas Entidades convencionadas do Sector privado bem como todos os subcontratos decorrentes da emissão de termos de responsabilidade pelos dois Hospitais que integram a ULSNA, EPE a outras Entidades do SNS ou do sector privado para concretização de MCDT'S.

1.5. Informação sobre outras transacções

De acordo com o art.º 5º do Decreto-Lei N.º18/2008 de 29 de Janeiro, o regime de aquisição de bens e serviços nas Entidades Públicas e Empresariais rege-se por normas de direito privado, salvaguardando o limite pecuniário de 193.000 € montante a partir do qual se aplica o Código de Contratação Pública. Refira-se que a ULSNA, EPE aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, dando cumprimento às medidas preconizadas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Pela sua relevância (em termos de volume de transacções anuais, ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos:> 5%), há a referir as entidades abaixo indicadas.

Quadro 1
Fornecedores mais relevantes

ENTIDADE	DESIGNAÇÃO	VALOR	PESO %
9620026	SUCH SERVICO DE UTILIZACAO COMUM DOS HOSPITAIS	1.905.990	5,92%
9614116	MOTA & CHEN LDA	1.758.240	5,46%
9607050	NEPHROCARE PORTUGAL - CLINICA DE PORTALEGRE	2.421.969	7,52%
9610047	IIHSCL - D. MANUEL SALGUEIRO	1.641.366	5,09%

1.6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Conselho Administração

Fixado pelo Despacho Conjunto do MEF e SES n.º 15.477/2007, de 22.06 que classificou esta entidade no Grupo B Nível 3.

Mandato de 01/01/2010 a 11/02/2010

Presidente: Dr. António Luís Pinheiro Ribeiro – Remuneração de 5.523,24 euros, 2 vezes por ano;

Vogal: Dr.ª Rosa Maria M. Paço Salgueira – Remuneração de 2.987,25 euros, 2 vezes por ano.

Vogal: Mestre António Henrique Martins Guerreiro – Remuneração de 2.893,71 euros, 2 vezes por ano.

Directora Clínica: Dr.ª Maria Paula Santos e Silva Falcão Moreno Pinheiro – Remuneração de 4.956,75 euros, 2 vezes por ano.

Enfermeira Directora: Dr.ª Ana Maria Curado Redondo – Remuneração de 2.893,71 euros, 2 vezes por ano.

Mandato de 12/02/2010 a 31/12/2010

Presidente: Mestre António Henriques Martins Guerreiro

– Remuneração de 3.233,98 euros, 3 vezes por ano;

– Remuneração de 3.072,28 euros, 9 vezes por ano¹;

Vogal: Dr.ª Celeste da Conceição Terêncio da Silva

– Remuneração de 3.500,00 euros, 3 vezes por ano.

– Remuneração de 3.359,39 euros, 9 vezes por ano¹.

Director Clínico dos Cuidados de Saúde Primários: Dr. Fernando de Oliveira Rodrigues

– Remuneração de 4.956,75 euros, 3 vezes por ano.

– Remuneração de 4.816,14 euros, 9 vezes por ano¹.

Directo Clínico Cuidados Hospitalares: Dr. Vitor Manuel Barbosa da Silva

– Remuneração de 4.956,75 euros, 3 vezes por ano.

– Remuneração de 4.816,14 euros, 9 vezes por ano¹.

Enfermeiro Director: Enf.º José Joaquim Ceia da Silva

– Remuneração de 2.812,16 euros, 3 vezes por ano.

– Remuneração de 2.671,55 euros, 9 vezes por ano¹.

¹ Remunerações de acordo com a Lei n.12-A/2010, de 30 de Junho.

Fiscal Único

Fixado pelo Despacho do Ministro de Estado e Finanças n.º 18 401/2007, de 18.07 - Remuneração anual ilíquida equivalente a 25% da quantia correspondente a 12 meses do vencimento base mensal ilíquido que tiver sido atribuído, nos termos legais ao respectivo Presidente do Conselho de Administração.

Quadro 2 Remunerações do Conselho de Administração 2010 Mandato de 01/01/2010 a 11/02/2010

	Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)	Director Clínico	Enfermeiro Director
1. Remuneração					
1.1. Remuneração Base/Fixa	13.310 €	7.662 €	7.475 €	11.601 €	7.475 €
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A					
1.3. Remuneração Base/Fixa efectiva	13.310 €	7.662 €	7.475 €	11.601 €	7.475 €
1.4. Senha de presença					
1.5. Acumulação de funções de gestão					
1.6. Remuneração variável					
1.7. IHT(isenção de horário de trabalho)					
1.8. Outras (identificar detalhadamente)					
Adicional Clínicos Gerais	457 €				
2. Outras regalias e compensações					
2.1. Gastos de Utilização de telefones	17 €	95 €	58 €	54 €	120 €
2.2. Valor de aquisição, pela empresa, da viatura de serviço	738 €	547 €	620 €	547 €	655 €
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	197 €	295 €	238 €	60 €	179 €
2.4. Subsídio de deslocação					
2.5. Subsídio de refeição	167 €	167 €	167 €	167 €	167 €
2.6. Outras (identificar detalhadamente)					
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1. Segurança Social Obrigatório	1.725 €	924 €	868 €	1.487 €	868 €
3.2. Seguros de saúde					
3.3. Seguros de vida					
3.4. Outras (identificar detalhadamente)					
Encargos com saúde					
4. Informações Adicionais					
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)	Sim			Sim	
4.2. Regime Segurança Social	CGA	CGA	CGA	CGA	CGA
4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005					
4.4. Ano de aquisição de viatura pela empresa					
4.5. Exercício opção aquisição viatura de serviço					
4.6. Usufruto casa de função					
4.7. Exercício de funções remuneradas fora grupo					

Quadro 3
Remunerações do Conselho de Administração 2010
Mandato de 12/02/2010 a 31/12/2010

S
St!
JF
Ardeij

	Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)	Vogal (3)	Enfermeiro Director
1. Remuneração					
1.1. Remuneração Base/Fixa	49.030 €	49.767 €	52.680 €	52.680 €	48.391 €
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A	1.132 €	984 €	984 €	984 €	984 €
1.3. Remuneração Base/Fixa efectiva	47.898 ¢	48.783 ¢	51.696 ¢	51.696 ¢	47.407 ¢
1.4. Senha de presença					
1.5. Acumulação de funções de gestão					
1.6. Remuneração variável					
1.7. IHT(isenção de horário de trabalho)					
1.8. Outras(identificar detalhadamente)					
Adicional Clínicos Gerais			2.781 €		
2. Outras regalias e compensações					
2.1. Gastos de Utilização de telefones	322 €	810 €	258 €	227 €	650 €
2.2. Valor de aquisição, pela empresa, da viatura de serviço	5.589 €	4.691 €	4.144 €	4.144 €	4.963 €
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	4.048 €	3.369 €	2.470 €	2.115 €	3.009 €
2.4. Subsídio de deslocação					
2.5. Subsídio de refeição	811 €	914 €	858 €	828 €	871 €
2.6. Outras (identificar detalhadamente)					
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1. Segurança Social Obrigatório	2.139 €	3.011 €	9.213 €	8.760 €	4.110 €
3.3. Seguros de saúde					
3.3. Seguros de vida					
3.4. Outras (identificar detalhadamente)					
Encargos com saúde	488 €				
4. Informações Adicionais					
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)					
4.2. Regime Segurança Social					
4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005					
4.4. Ano de aquisição de viatura pela empresa					
4.5. Exercício opção aquisição viatura de serviço					
4.6. Usufruto casa de função					
4.7. Exercício de funções remuneradas fora grupo					
Ajudas de Custo a)			1.123 ¢		890 ¢
Horas Extraordinárias b)			4.530 €	6.645 €	
Compensação Férias/Folgas não Gozadas c)					668 €
Horas Prevenção d)				4.075 €	
Acréscimo de Função e)				-238 €	

- a) Os valores mencionados das ajudas de custo foram realizados antes da nomeação para o CA
b) Os valores de Horas Extraordinárias foram efectuados enquanto clínicos, antes da data de nomeação para o CA
c) Valor referente a férias do ano 2009, não gozadas.
d) Os valores de Horas de Prevenção foram efectuados enquanto clínico, antes da data de nomeação para o CA
e) Valor referente a Direcção Médica que deixou de exercer quando nomeado para o CA

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

1.7. FISCAL ÚNICO

No ano de 2010 a remuneração do Fiscal Único foi de 12.054,84 euros.

1.8. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios, económico, social e ambiental

Uma definição comumente aceite, que defina empresa sustentável, é aquela que gera lucros para os seus accionistas sem causar impactos negativos nos outros stakeholders da empresa.

A organização tem de atingir o seu objectivo principal, mantendo impactos positivos em todos aqueles que participam directa ou indirectamente das suas actividades o que permitirá a sua continuidade.

No caso de uma Unidade Local de Saúde este conceito tem necessariamente de se aplicar uma vez que prossegue um objectivo de interesse público – a manutenção da saúde e prevenção e tratamento da doença na população abrangida. Simultaneamente terá de garantir a consonância com os objectivos económicos e financeiros do accionista Estado.

A ULSNA, EPE, cumpre a sua missão e objectivos determinados de uma forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente.

1.8.1. Vertente Económica

A ULSNA, EPE, elabora planos de actividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta os objectivos fixados pelo accionista. Nesta vertente, foi no ano de 2010 que pela primeira vez após a criação da ULSNA, EPE se alcançou um resultado líquido positivo.

Foi fomentada a interligação com os fornecedores, bem como a livre concorrência, sendo promovida a realização de concursos públicos.

Todos os clientes e fornecedores são tratados com equidade, bem como outros titulares de interesses legítimos.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Conduz os seus negócios com integridade, formaliza-os adequadamente e não realiza despesas confidenciais ou não documentadas.

1.8.2. Vertente Social

Os trabalhadores da ULSNA, EPE são na sua maioria funcionários com contratos de trabalho em funções públicas pelo que a sua progressão e promoção salarial está fortemente condicionada pelas directrizes a que as empresas do sector público empresarial estão sujeitas.

Durante o ano de 2010 foi estimulada a participação em acções de formação quer organizadas internamente, quer externamente.

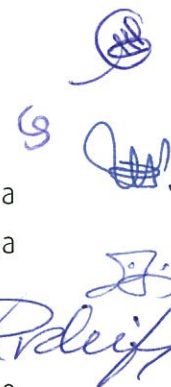
Foram adoptados planos de igualdade de forma a alcançar uma efectiva igualdade de tratamento e oportunidades entre homens e mulheres, eliminando discriminações e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

No que concerne às parcerias de cariz social existem em todos os quinze concelhos da área de influência da ULSNA, EPE, nomeadamente, as Comissões de Protecção a Crianças e Jovens (CPCJ), Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR) Intervenção Precoce (IP), Rede Social (RS) Núcleo Local de Intervenção para Análise e Atribuição do Rendimento Mínimo de Inserção (NLI), Programa de Apoio ao Jovem e Adolescente (CUIDA-TE). Existem, ainda, parcerias de âmbito local na área do movimento do idoso.

As Unidades Móveis participam em actividades várias de rastreio no âmbito dos programas de saúde

1.8.3. Vertente Ambiental

A ULSNA, EPE implementou, para além da separação de resíduos a que legalmente está obrigada, uma triagem de resíduos recicláveis. Estes resíduos são encaminhados para empresa especializada. O mesmo acontece com resíduos informáticos sobretudo consumíveis.



Participou conjuntamente com a Valnor, empresa de tratamento de resíduos equiparados a urbanos, no projecto de atribuição a fraldas descartáveis biodegradáveis no âmbito da semana de prevenção de resíduos.

Sendo aplicado o conceito de sustentabilidade na organização é possível verificar o crescimento da empresa a longo prazo, garantir a sua manutenção e verificar os impactos positivos que a actuação causa em seu redor.

1.9. Avaliação do grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo, devidamente fundamentada

A ULSNA, EPE procede à apresentação regular e periódica de toda a informação necessária à avaliação dos níveis de desempenho nas vertentes assistenciais, económica e financeira. É enviado periodicamente à Administração Central do Sistema de Saúde IP e Administração Regional de Saúde do Alentejo IP, o desenvolvimento da actividade realizada, bem como o modo como esta tem vindo a satisfazer as necessidades em saúde da população do distrito de Portalegre.

1.10. Apresentação do Código de Ética

Actualmente a ULSNA, EPE rege-se pela carta deontológica da Administração Pública. Tendo sido designado pelo Conselho de Administração, um grupo de trabalho para a elaboração do código de Ética da ULSNA, EPE, o mesmo encontra-se em fase de análise interna.

1.11. Informação sobre a existência de um sistema de controlo adequado à dimensão e à complexidade da empresa, em ordem a proteger os investimentos da empresa e os seus activos

Para cumprimento do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, o Conselho de administração da ULSNA, EPE nomeou um Auditor Interno de forma a desenvolver e implementar todo o processo de regulamentação e manuais de procedimentos definidos pela Resolução acima referida.

1.12. Divulgação da Empresa

De acordo com a legislação em vigor, abaixo discriminamos a informação da Unidade Local de Saúde.

Quadro 3
Informação relevante da empresa

Gestão de Risco Financeiro - Despacho nº. 101/09-SETF, de 30-01	Cumprido			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento			X	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			X	
Diversificação de entidades credoras			X	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado		X		
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis		X		
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			X	
Minimização da prestação de garantias reais			X	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			X	
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			X	
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos		X		
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			
Reflexão nas DF 2009 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			X	

Legenda:

FC - Fundos comunitários

CP - Capital próprio

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

A ULSNA, EPE cumpre o disposto no ponto 22 da RCM 49/2007: “Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. Além disso, no início de cada mandato, e sempre que se justificar, tais membros devem declarar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse”.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

1.13. Orientação de Gestão

Foram elaborados o Plano de Actividades e Orçamento para 2010, sendo que os mesmos foram aprovados pelo Conselho de Administração, e submetidos à Tutela.

2. CUMPRIMENTO DE DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

A ULSNA, EPE, tem apresentado os Planos de actividades anuais e plurianuais bem como os orçamentos anuais, incluindo a estimativa das operações financeiras com o Estado. Os Planos de investimento anuais e plurianuais são parte integrante do plano de actividades e orçamento anual e do plano estratégico para análise plurianual. Numa base trimestral a ULSNA, EPE, introduz a informação financeira do ano corrente, na plataforma SIRIEF.

3. DILIGÊNCIAS TOMADAS E OS RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DAS RECOMENDAÇÕES

De acordo com as recomendações do accionista, emitidas aquando da aprovação das contas de 2009, por despacho de 31 de Dezembro de 2010.

Refira-se que a alínea i) está a ser cumprida conforme explicitado anteriormente.

A alínea ii) sofre uma inversão conforme descrição seguinte:

Quadro 4
Prazo médio de pagamentos

PMP	2008	2009	2010
Dias	110	110	143



S



R. deij

No ano de 2010, apesar de se ter feito um esforço significativo para diminuir o prazo de pagamentos a fornecedores, não foi atingida a meta dos 90 dias. A situação inclusive sofreu uma inversão do atraso de pagamento na sequência da extinção dos subsistemas públicos, como é o caso da ADSE que originou o decréscimo de receita que não foi compensada pelas transferências da ACSS.

Na alínea iii), continua a ser feito um grande esforço no sentido de incentivar e fomentar um papel cada vez mais activo dos responsáveis de cada área, para a sensibilidade da matéria em questão e do impacto positivo que pode ter para a própria instituição, o levar a cabo determinado tipo de comportamento.

Quanto à alínea iv), nota-se alguma melhoria, de ano para ano, devido à insistência e acompanhamento, por parte de alguns responsáveis, para a melhoria e eficiência de procedimentos. Mais se informa, que para o ano de 2011 está ser prevista uma contagem de armazéns, intercalares.

Relativamente à alínea v), a situação manteve-se no decurso do ano de 2010. No entanto, face à necessidade de colmatar as questões colocadas foi realizado o devido levantamento no sentido de rectificar a situação durante o ano de 2011.

A alínea vi), está a ser elaborada pelo nosso auditor interno, no sentido de responder a esta solicitação, bem como da melhoria de informação da ULSNA, EPE.

4. ORIENTAÇÕES GENÉRICOS SOBRE NEGOCIAÇÕES SALARIAIS PARA AS EMPRESAS PÚBLICAS

A ULSNA, EPE, em sintonia com as orientações do ofício nº 1730, de 25 de Fevereiro, não realizou qualquer actualização salarial para o ano de 2010.

5. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – COMPONENTE VARIÁVEL DE REMUNERAÇÕES

A ULSNA, EPE, no cumprimento do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças não atribuiu quaisquer prémios de gestão.



6. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Em matéria de contratação pública, e considerando o teor do Despacho 438/10- SETF, de 10 de Maio, a ULSNA, EPE tem vindo a adoptar as seguintes medidas:



- Estão implementados critérios internos para a utilização da figura do Ajuste Directo, com consultas muito frequentes ao mercado, de forma a evitar distorção aquando da formulação dos convites;
- As consultas prévias ao mercado são sempre elaboradas por técnicos da ULSNA, EPE e as decisões finais são determinadas pelo Conselho de Administração;
- Internamente opera-se a segregação de funções, por ser um factor chave de autocontrolo de todos os procedimentos implementados e por garantir que mais do que uma pessoa esteja envolvida nos processos de aquisição principalmente em todos os que envolvam fluxos financeiros;
- É efectuado o acompanhamento e monitorização contínua da execução das tarefas, actividades e projectos;
- É efectuado o controlo da execução dos contratos celebrados com terceiras entidades, designadamente, quanto a eventuais atrasos na execução, adequação das prestações, etc.;
- Sempre que necessário, é efectuado o controlo jurídico das cláusulas a inserir nas peças dos procedimentos concursais, de tal forma que as mesmas só são aprovadas após apreciação do Departamento Jurídico.

7. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PREVISTAS NO PEC

A ULSNA, EPE, adoptou as medidas necessárias para colocar em prática as orientações previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento. A não atribuição de aumentos salariais, a não admissão do pessoal previsto bem como a contenção de gastos foram algumas das medidas aplicadas cumulativamente com outras orientadas pela Tutela. E devidamente informadas, através do sistema de informação SIRIEF. Refira-se ainda que a ULSNA, EPE, aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

8. REMUNERAÇÃO MENSAL ILÍQUIDA DOS GESTORES PÚBLICOS

Dando cumprimento ao previsto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, a ULSNA, EPE procedeu em consonância com o corte em 5% da remuneração mensal ilíquida dos membros pertencentes ao Conselho de Administração.


9. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

No âmbito do previsto no artigo 17º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, a ULSNA, EPE, detém as suas disponibilidades e aplicações financeiras no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP.

10. CONTABILIZAÇÃO DOS IMOVEIS AFECTOS À ACTIVIDADE


O património imóvel, não obstante também ter sido avaliado, poderá ainda sofrer alterações, enquanto não estiver perfeitamente definida a propriedade do terreno e respectivos edifícios. Esta indefinição poderá acarretar um ajustamento do património imóvel.

O Conselho de Administração


António H. M. Guerreiro
Presidente do Conselho de Administração


Celeste Terêncio da Silva
Membro do Conselho de Administração


José Ceia Silva
Enfermeiro Director


Victor Silva
Director Clínico Hospitalar


Fernando Rodrigues
Director Clínico Cuidados
de Saúde Primários



O. LIMA, N. SILVA, F. COLAÇO, A. COELHO E L. ROSA

Revisores Oficiais de Contas • Auditores

Manuel de Oliveira Lima
Rui Neves da Silva
Maria Fernanda Barreto M. Colaço
Alexandre Coelho
Luís Manuel da Silva Rosa

Rua Filipe Folque, 46 – 2º
1050-114 Lisboa
Telefones: 213 552 980
213 530 665
Fax: 213 533 933
Email: lscrr@oninet.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, E.P.E.** adiante designada **ULSNA, E.P.E.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de balanço de 89.576.284 euros e um total de capital próprio de 27.651.616 euros, incluindo um resultado líquido de 126.475 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas e por funções do exercício findo naquela data, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 11, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações

financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em, juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame por nós efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. À data da finalização do nosso trabalho estava ainda em curso o Registo Predial do património transitado do Hospital Dr. José Maria Grande, de Portalegre, do Hospital Santa Luzia, de Elvas e da Sub-Região de Saúde de Portalegre no montante de cerca de 39.587.415 euros.
- A vida útil atribuída aos edifícios para efeitos de depreciação estava de acordo com a legislação aplicável ao sector da saúde (CIBE) cuja adequação poderá não corresponder à vida útil efectiva do património. Nestas circunstâncias, não podemos concluir sobre eventuais ajustamentos ao Activo e aos Capitais Próprios que possam resultar do processo de registo em curso e da definição da vida útil do património imobiliário, nos termos de novas avaliações a realizar ao património.

8. As contagens físicas dos Serviços Hospitalares e dos Centros de Saúde reportadas a 31 de Dezembro de 2010, que serviram de base ao apuramento das Existências Finais continuaram a não seguir de modo uniforme as instruções de contagem emitidas pela **ULSNA**. Consequentemente, não podemos concluir sobre o montante de ajustamentos nas Existências Iniciais, Finais e no Custo das matérias consumidas, que poderiam resultar da correcta aplicação dos procedimentos de contagem instituídos.
9. Não obtivemos resposta ao pedido de confirmação de saldos reportado a 31 de Dezembro de 2010 no montante de 5.364.000 euros (devedores) e 1.130.460 euros (credores). Nestas circunstâncias não podemos concluir acerca da correcção do montante dos créditos da **ULSNA** acima referidos.
10. Conforme Decreto-Lei nº 301/79 de 18 de Agosto, o pessoal da carreira hospitalar que na data da entrada em vigor do referido diploma estivesse inscrito na Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, por força do disposto no nº 1 do artigo 58º do Estatuto Hospitalar, promulgado pelo Decreto-Lei nº 48357, de 27 de Abril de 1968, poderia optar entre a manutenção dessa inscrição ou a sua adesão à Caixa Geral de Aposentações. O diferencial dos descontos relativos ao tempo de subscrição para a Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência efectuados pelo pessoal com vínculo aos Hospital Dr. José Maria Grande, de Portalegre, Hospital Santa Luzia, de Elvas e Sub-Região de Saúde de Portalegre, na data da aposentação, que optou pela nova inscrição, tem vindo a ser suportado pela **ULSNA, E.P.E.** ascendendo a cerca de 1.150.606 euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010. A inexistência de um estudo actuarial impede-nos de avaliar qual o grau de responsabilidade por serviços passados e por serviços futuros, bem como o seu efeito nos capitais próprios e, além disso, não podemos concluir se a responsabilidade e os custos já suportados poderão, ou não, vir a ser assumidos pela Caixa Nacional de Pensões.
11. Os preços praticados pela **ULSNA, E.P.E.** são estabelecidos no contrato programa celebrado anualmente com a ACSS que define a produção anual e estabelece os incentivos e penalizações com base nos objectivos qualitativos e quantitativos de produção. O cálculo dos incentivos e das penalizações dos contratos programa anuais foram baseados em pressupostos cuja

confirmação está dependente da análise da ACSS. Nestas circunstâncias não podemos concluir sobre a correcção:

- (i) do montante dos incentivos de 2009 (1.089.000 euros) no âmbito dos Serviços prestados ao SNS e do montante das penalizações associadas (4.747.000 euros) registadas em Resultados Transitados e 4.891.905 euros, registados em 2010 em proveitos e custos, na conta de exploração;
- (ii) do montante a devolver relativo ao contrato programa ACSS de 2008 e 2007, de cerca de 5.620.000 euros (2008: 818.000 euros e 2007: 4.802.000 euros) registado no Passivo.

12. A especialização de Proveitos e Custos registados pela **ULSNA** em 31 de Dezembro de 2010, apresentam um diferencial líquido de 1.185.772 euros, como segue:

(i)	Insuficiência de reconhecimento em resultados dos subsídios ao investimento	391.930
(ii)	Excesso estimativa de proveitos (sub-sistemas e reembolsos)	(1.747.598)
(iii)	Excesso estimativa de custos com pessoal	122.333
(iv)	Outras regularizações	<u>47.563</u>
		<u>(1.185.772)</u>

Deste modo os resultados do período encontram-se sobreavaliados no referido montante.

OPINIÃO COM RESERVAS

13. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito de eventuais ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 11 e excepto quanto ao efeito da situação descrita no parágrafo 12, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **ULSNA, E.P.E.**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

14. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

15. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos atenção para as seguintes situações:
- 15.1 A **ULSNA, E.P.E.** não tem o seu património (Imobilizado Corpóreo e Existências) coberto por Seguro contra Roubo, Risco de Incêndio, Inundações e Outras Catástrofes Naturais, pelo que os danos de um eventual sinistro poderão conduzir a perdas significativas de Activos.
- 15.2 Não estão a ser cumpridos os prazos de pagamento estabelecidos pela Tutela, por o valor dos duodécimos do contrato programa recebido a título de adiantamento ser inferior às necessidades efectivas da **ULSNA**.

Lisboa, 18 de Abril de 2011

O.LIMA, N.SILVA, F.COLAÇO, A.COELHO E L.ROSA, SROC, LDA.

Representada por:



Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço



Manuel de Oliveira Lima
Rui Neves da Silva
Maria Fernanda Barreto M. Colaço
Alexandre Coelho
Luís Manuel da Silva Rosa

Rua Filipe Folque, 46 – 2º
1050-114 Lisboa
Telefones: 213 552 980
213 530 665
Fax: 213 533 933
Email: lscrr@oninet.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

De acordo com o disposto na lei e nos estatutos e no cumprimento das funções de Fiscal Único da **UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, E.P.E.**, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, procedemos à fiscalização dos actos da Administração da Empresa, averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos estatutos da Empresa, procedemos à verificação periódica dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos de suporte, efectuámos testes por amostragem às transacções e saldos e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos ainda à verificação do Balanço, das Demonstrações dos Resultados e da Demonstração dos fluxos de caixa e respectivos Anexos, bem como dos princípios contabilísticos subjacentes. Da Administração e dos serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados.

O relatório de gestão esclarece a actividade desenvolvida pela Empresa em 2010.

O Relatório de Gestão, o Balanço e as Demonstrações dos Resultados, bem como a Demonstração dos fluxos de caixa, e os respectivos Anexos, satisfazem os preceitos legais e do contrato de sociedade e mostram, conjuntamente com a informação contida na Certificação Legal das Contas, a situação da Empresa em 31 de Dezembro de 2010.

Face ao que ficou dito na Certificação Legal das Contas, a qual consideramos parte integrante deste relatório, somos de parecer que:

- a) Aproveis o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2010;
- b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação do resultado do exercício.

Lisboa, 18 de Abril de 2011

O FISCAL ÚNICO

O.LIMA, N.SILVA, F.COLAÇO, A.COELHO E L.ROSA, SROC, LDA.
Representada por:



Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço



Manuel de Oliveira Lima
Rui Neves da Silva
Maria Fernanda Barreto M. Colaço
Alexandre Coelho
Luís Manuel da Silva Rosa

Rua Filipe Folque, 46 – 2º
1050-114 Lisboa
Telefones: 213 552 980
213 530 665
Fax: 213 533 933
Email: lsccr@oninet.pt

18 de Abril de 2010

Exma. Administração
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, EPE
Av. Santo António
7300-074 Portalegre

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA ÀS CONTAS
DE UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, EPE**

Exmos. Senhores,

Procedemos à Revisão Legal das contas da **UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, EPE** e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade que considerámos necessária nas circunstâncias.

Em consequência do exame efectuado às contas da **ULSNA** foi emitida a Certificação Legal das Contas com data de 18 de Abril de 2010, cujo conteúdo se dá como integralmente reproduzido.

Na sequência dos trabalhos por nós desenvolvidos, emergiram outros assuntos que consideramos relevante trazer ao vosso conhecimento:

1. IMOBILIZADO

1.1 Fichas de Cadastro

Constatamos que foram por engano eliminadas em 2010 fichas de cadastro do programa do património IGIF no montante total de 2.053.610 euros relativas às obras efectuadas no Hospital de Portalegre em 2006 (após avaliação da CGD de 26.05.2006) e às obras de 2007.

Esta situação foi já identificada após fecho de contas de 2010, pelo que optou-se pela actualização do cadastro em 2011.

As rubricas das amortizações do exercício e das amortizações acumuladas de imobilizado corpóreo encontram-se subvalorizadas em cerca de 25.670 euros, considerando a taxa de amortização utilizada de 1,25%.

1.2 Imobilizado Corpóreo por Amortizar

Da análise do ficheiro de amortizações do programa IGIF verificámos a existência de vários bens que totalizam o montante de 57.165 euros, adquiridos antes e após constituição da ULSNA que não estão a ser alvo de qualquer amortização.

Desconhecemos em quanto é que as rubricas das amortizações do exercício, das amortizações de exercícios anteriores (resultados transitados) e das amortizações acumuladas de imobilizado corpóreo se encontram subvalorizadas pela não amortização, desde da data de entrada em funcionamento, dos referidos bens.

1.3 Obras em Curso a Transferir para Imobilizado Firme

Encontram-se por transferir para imobilizado firme uma factura de Julho de 2010 da “LaboControle”, no montante de 100.022 euros relativa a obras no Serviço de Farmácia do Hospital de Elvas.

As rubricas das amortizações do exercício e das amortizações acumuladas de imobilizado corpóreo encontram-se subvalorizadas em cerca de 7.142 euros, considerando uma taxa de amortização de 14,28%.

1.4 Imobilizado Firme a Transferir para Imobilizado em Curso

Encontram-se em imobilizado firme facturas da “Advancing To” de 2009 (14.400 euros) e de 2010 (33.600 euros) referentes a um software EIS ainda por implementar.

As rubricas das amortizações do exercício, das amortizações de exercícios anteriores (resultados transitados) e das amortizações acumuladas de imobilizado corpóreo encontram-se sobrevalorizadas em cerca de 11.274 euros, 1.183 euros e 12.457 euros, respectivamente.

Encontram-se em imobilizado firme facturas da “HP” de 2010, no montante total de 37.534 euros referentes a 30% para a compra de Data Center ainda por implementar.

As rubricas das amortizações do exercício e das amortizações acumuladas de imobilizado corpóreo encontram-se sobrevalorizadas em cerca de 6.609 euros.

1.5 Custos Capitalizados

Foram indevidamente capitalizados, em 2010, custos relativos a licenças anuais de GDH (ACSS) e à compra de Firewall (CONVEX) no montante total de 15.362 euros.

Concluimos que os custos com fornecimentos e serviços externos de 2010 encontram-se subvalorizados naquele montante, e as amortizações do exercício e as amortizações acumuladas estão sobrevalorizadas em 3.503 euros.

2. DISPONIBILIDADES

2.1 Conciliações Bancárias

Constatámos nas conciliações bancárias em referência a 31 de Dezembro de 2010 movimentos em aberto com antiguidade superior a 6 meses:

<u>Conta Bancária</u>	<u>Créditos</u> <u>não registados</u> <u>pelo Banco</u>	<u>Débitos</u> <u>não registados</u> <u>pelo Banco</u>	<u>Débitos</u> <u>não registados</u> <u>pela ULSNA</u>	<u>Créditos</u> <u>não registados</u> <u>pela ULSNA</u>
CGD n.º 0642021057330			8.694	141
Millennium BCP n.º 45295613			13.353	94
BES n.º 232110140002	39		1.115	
CGD n.º 0537016185530	492	4.828	79	3.738
CGD n.º 0075002261930			103	
CGD n.º 0228004395130				26
CGD n.º 0642022803030			3.622	
DGT n.º 01120012450	337	1	1.408	1.089
	<u>868</u>	<u>4.829</u>	<u>28.374</u>	<u>5.088</u>

Recomendamos a análise e supervisão das conciliações bancárias numa base mensal por forma a que sejam tomadas medidas correctivas atempadas para a regularização dos movimentos em aberto quer no banco, quer na ULSNA.

2.2 Respostas de Bancos em Falta

Não foram obtidas respostas para os nossos pedidos de confirmação de saldos em referência a 31 de Dezembro de 2010 para as seguintes contas bancárias:

<u>Conta Bancária</u>	<u>31.12.10</u>
CGD n.º 0642021057330	552.459
CGD n.º 0075002261930	1.061
CGD n.º 0273002190230	5.587
CGD n.º 0333001015030	1.661
CGD n.º 044001064030	811
Santander Totta n.º 000318579185020	5.298
Santander Totta n.º 000026380183001	816
Millennium BCP n.º 45306772902	0
BPI n.º 95776597001001	909

3. DÍVIDAS DE E/A TERCEIROS

3.1 Estado e Outros Entes Públicos

Tal como já referido em relatórios anteriores, encontram-se ainda por regularizar saldos devedores e credores (alguns anteriores à constituição da **ULSNA**) nas rubricas do Estado e Outros Entes Públicos que a seguir discriminamos:

	<u>Saldos Credores</u>
- IRS Trabalho Independente	352.242
- IRS sobre Outros Rendimentos	39.018
- IVA a pagar	85.929
- Imposto Selo	31
- Outros Impostos	150
- ADSE	14.803
- TSU	5.890
- Outras Contribuições	531
- Outras Tributações	142
	<u>498.736</u>

	<u>Saldos Devedores</u>
- Estimativa de IRC de 2008	38.377
- Estimativa de IRC de 2009	126
- IRS Trabalho Dependente	476.771
- IRS Prediais	20
- CGA	5.351
	<u>520.645</u>

Quanto ao IRC, tal como no exercício anterior, não foi efectuada a estimativa da tributação autónoma de 2010 a pagar em Maio de 2011.

4. CUSTOS E PROVEITOS

4.1 Reforço de Provisões para Riscos e Encargos

O reforço das provisões para riscos e encargos de 2010 foi efectuada pelo líquido, com efeitos em custos extraordinários, no montante total de 153.311 euros, não tendo sido efectuada a separação dos aumentos de provisões de 2010 (223.368 euros) das reduções relativas a exercícios anteriores (70.057 euros), em provisões do exercício e em proveitos extraordinários, respectivamente.

Assim sendo, as provisões do exercício e os proveitos de exercícios anteriores estão subvalorizados em 223.368 euros e 70.057 euros, respectivamente, enquanto que os custos extraordinários estão sobrevalorizados em 153.311 euros.

4.2 Estimativa de Encargos Protocolo Materno Infantil Badajoz

A estimativa dos encargos por facturar pelo Hospital Materno Infantil relativa ao segundo semestre de 2010 no montante de 360.000 euros foi indevidamente relevada em custos extraordinários (correções de exercícios anteriores).

Assim sendo, os custos extraordinários e os subcontratos encontram-se sobrevalorizados e subvalorizados, respectivamente naquele montante.

4.3 Estimativa das Facturas Registadas em 2011 Relativas a 2010

Da análise dos lançamentos efectuados em 2011 (até à data da nossa visita) relativos a encargos de 2010, constatámos que os encargos estimados com subcontratos e com fornecimentos externos encontravam-se subavaliados em 30.842 euros.

4.4 Sobras de Existências

As rubricas de consumos de existências e de proveitos extraordinários – sobras de existências encontram-se sobrevalorizadas em cerca de 200.000 euros devido a lançamentos de regularização de rappel concedido por laboratórios farmacêuticos, que não tinha sido previamente lançado na aplicação de gestão de stocks CPC por forma a afectar o custo dos stocks.

Recomendamos que sejam averiguadas as razões do não lançamento, de forma correcta, na aplicação CPC do rappel obtido, por forma a evitar a ocorrência de erros futuros na valorização dos consumos e na valorização das existências em armazém.

4.5 Encargos cuja Documentação Suporte não Respeita Requisitos Fiscais

Da análise da documentação de suporte das principais rubricas de custos constatámos que cerca de 171.717 euros não apresenta factura/recibo que obedeça aos requisitos exigidos pelo n.º 5 do art. 36º do CIVA, por forma a que sejam custos fiscalmente aceites.

SISTEMA INFORMÁTICO

O sistema informático SIDC não permite a integração das diversas aplicações utilizadas pela ULSNA, nomeadamente: programa de stocks (CPC), programa dos recursos humanos (RHV), programa da gestão de utentes (SONHO), programa de cadastro do património (IGIF) e programa das receitas dos Centros de Saúde (SINUS).

O.LIMA, N.SILVA, F.COLAÇO, A.COELHO E L.ROSA, SROC, LDA.
Representada por:

Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço

Manuel de Oliveira Lima
Rui Neves da Silva
Maria Fernanda Barreto M. Colaço
Alexandre Coelho
Luis Manuel da Silva Rosa

Rua Filipe Folque, 46 – 2º
1050-114 Lisboa
Telefones: 213 552 980
213 530 665
Fax: 213 533 933
Email: lscrr@oninet.pt

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

Nos termos do artigo 11º do Decreto-Lei nº 300/2007, de 17 de Dezembro e do nº 17 da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 de 28 de Março

Exmo. Accionista,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos, durante o ano de 2010, a actividade da **Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE (ULSNA, EPE)**, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

1. Nos termos do artigo 11º do Decreto-Lei nº 300/2007, de 17 de Dezembro, compete ao Fiscal Único a avaliação do desempenho dos gestores executivos com base no cumprimento das orientações de gestão definidas no Contrato Programa celebrado entre a ACSS e a **ULSNA, EPE** que fixa orientações específicas e objectivos quantificados a atingir no exercício económico de 2010. Tendo em conta as verificações efectuadas e o normal acompanhamento da actividade exercida, certifica-se que o grau de cumprimento das orientações e objectivos fixados para o exercício de 2010 foi inferior ao contratualizado, como segue:

Produção SNS da ULSNA, EPE	C.P. 2010	Realizado	Var. %	Penalização (Euros)
1. Consultas Externas	78.381	96.763	23,45	0
2. Internamento	7.702	9.071	17,77	0
3. Episódios de GDH de Ambulatório	2.535	2.892	14,08	0
4. Urgências	69.040	71.993	4,28	0
5. Sessões em Hospital de Dia	5.412	5.621	3,86	0
6. Serviços Domiciliários	45	62	37,78	0
7. IG < 10 semanas	150	147	-2,00	2.728
Total				2.728

O desvio de produção SNS realizada face ao contratualizado origina uma penalização não material de 2.728 euros face ao registado em 2009, 4.512 mil euros, devido à adequação das cláusulas de contratualização da produção, nomeadamente Internamento, em 2010, e à performance atingida nessa

rubrica no exercício corrente. Relativamente ao valor do contrato programa de 2010, 95.000 mil euros foi registado nas demonstrações financeiras o montante a devolver de 4.853 mil euros, por não terem sido atingidos a 100% os incentivos institucionais estabelecidos no contrato programa (o cumprimento foi de cerca de 50%).

2. Nos termos do nº 17 da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os Princípios do Bom Governo e das Empresas do Sector Empresarial do Estado, compete ao Fiscal Único efectuar a avaliação anual do desempenho individual dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor na Empresa.

De acordo com os elementos solicitados ao Conselho de Administração da **ULSNA, EPE**, nomeadamente os contratos de gestão celebrados entre a ACSS e cada um dos seus membros, verifica-se que não foram estabelecidas metas individuais pelo que não é possível certificar o grau de cumprimento das orientações estratégicas e dos objectivos fixados para o exercício de 2010, para cada um dos membros do Conselho de Administração da **ULSNA, EPE**.

Da análise efectuada, foi possível verificar que o modelo de governação em vigor na **ULSNA, EPE**, se revela adequado à prossecução da sua missão, de acordo com as orientações estratégicas e os objectivos fixados pelo Accionista, cumprindo o disposto na lei.

3. À excepção do exposto no parágrafo 1 (desvio de produção e desvio de objectivos qualitativos), o desempenho de gestão pelo Conselho de Administração da **ULSNA, EPE** e a forma como foi desenvolvida a sua acção durante o ano de 2010 foi adequada e revelou pautar pelos princípios de transparência e defesa do interesse público.

Lisboa, 18 de Abril de 2011

O.LIMA, N.SILVA, F.COLAÇO, A.COELHO E L.ROSA, SROC, LDA.

Representada por



Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço



www.ulsna.min-saude.pt